

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO, xiii

A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA NO MANEJO DA POLÍTICA MONETÁRIA PARA A SUBSISTÊNCIA DO MERCADO DA DÍVIDA PÚBLICA, COM A DESPOUPANÇA DO SETOR PÚBLICO

RESUMO, 1

1. INTRODUÇÃO, 3
2. DEFINIÇÃO DE POLÍTICA MONETÁRIA, 5
3. INSTRUMENTOS DE POLÍTICA MONETÁRIA E DE CRÉDITO UTILIZADOS PELO BANCO CENTRAL, 7
4. CONTROLE DA TAXA DE JUROS BÁSICA, 10
5. FUNCIONAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA NO BRASIL, 11
6. OS PROBLEMAS QUE SURGEM PARA A POLÍTICA MACROECONÔMICA ORIUNDOS DESSE COMPORTAMENTO DA DÍVIDA, 15
7. COMO CONTRIBUI A POLÍTICA MONETÁRIA PARA O MERCADO DA DÍVIDA PÚBLICA?, 17
8. CONCLUSÃO, 24
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, 26

TEORIA DOS LEILÕES: ABORDAGEM COMPARATIVA COM ÊNFASE NOS LEILÕES DE TÍTULOS DO TESOURO NO BRASIL E EM OUTROS PAÍSES

RESUMO, 29

1. INTRODUÇÃO, 31
2. TÉCNICAS CONVENCIONAIS (OU ALTERNATIVAS) DE LEILÕES PARA FORMAÇÃO DE PREÇO E ALOCAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS, 31
 - 2.1 Leilões competitivos, 31
 - 2.1.1 *Leilão inglês ou de preço ascendente (Leilão aberto/preço uniforme)*, 32
 - 2.1.2 *Leilão alemão ou de preço descendente (Leilão aberto/preços múltiplos)*, 33
 - 2.1.3 *Leilão discriminatório ou leilão de primeiro preço (Leilão de lance selado/preços múltiplos)*, 33
 - 2.1.4 *Leilão de segundo preço (Leilão de lance selado/preço uniforme)*, 34
 - 2.2 Leilões não competitivos, 34
3. MAXIMIZAÇÃO DE RECEITA X EFICIÊNCIA ECONÔMICA: TÓPICOS RELEVANTES ABORDADOS NA TEORIA DOS LEILÕES, 36
 - 3.1 Equivalência da receita, 36

- 3.2 Eficiência alocativa dos leilões, 39
- 3.3 Estrutura de informações, 40
- 3.4 Número de licitantes, 41
- 3.5 Custo de intermediação financeira, 41
- 4. ANOMALIAS AO PARADIGMA DA TEORIA DOS LEILÕES, 43**
- 4.1 A praga do vencedor, 43
- 4.2 Coalizão/Cornering/Short Squeezes, 44
- 5. APLICAÇÃO DA TEORIA AOS LEILÕES DE TÍTULOS DO TESOURO, 47**
- 6. O PROCESSO DE LEILÕES DE TÍTULOS DO TESOURO NO BRASIL, 49**
- 6.1 Operacionalização dos leilões, 49
- 6.2 Títulos emitidos pelo Tesouro Nacional para financiamento da dívida pública, 49
- 6.3 Participação dos licitantes, 50
- 6.4 Participação do Banco Central, 50
- 6.5 Dealers, 51
- 7. PRINCIPAIS TÍTULOS PARA FINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA E FORMAS DE LEILÕES UTILIZADAS EM ALGUNS PAÍSES, 51**
- 7.1 Austrália, 52
- 7.2 Bélgica, 52
- 7.3 Canadá, 53
- 7.4 Dinamarca, 54
- 7.5 França, 55
- 7.6 Alemanha, 56
- 7.7 Itália, 56
- 7.8 Japão, 57
- 7.9 Holanda, 57
- 7.10 Nova Zelândia, 58
- 7.11 Suíça, 58
- 7.12 Reino Unido, 59
- 7.13 Espanha, 59
- 7.14 Suécia, 60
- 7.15 México, 61
- 7.16 Estados Unidos, 61
- 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS, 63**
- 9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, 64**

O IMPACTO DAS MOEDAS DE PRIVATIZAÇÃO SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA

RESUMO, 67

- 1. INTRODUÇÃO, 69**
- 2. VISÃO GERAL DO RECENTE PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO NO BRASIL, 70**
- 2.1 Histórico dos antecedentes do processo de privatização, 70
- 2.2 Justificativas, objetivos e perspectivas para o processo de desestatização dos Anos 90, 73
- 3. REGRAS LEGAIS E PROCEDIMENTOS QUE NORTEIAM O PROCESSO DE DESESTATIZAÇÃO BRASILEIRO, 74**
- 3.1 Diretrizes legais do processo, 75
- 3.2 "Clearing", 77
- 4. O USO DAS MOEDAS DE PRIVATIZAÇÃO NO PROCESSO DE DESESTATIZAÇÃO, 80**
- 4.1 Moedas aceitas no Programa Nacional de Desestatização, 80

- 4.2 Análise do mercado de moedas de privatização, 86
- 5. O USO DAS MOEDAS DE PRIVATIZAÇÃO NA COMPRA DAS EMPRESAS DESESTATIZADAS, 90
- 5.1 Moedas utilizadas nas privatizações, 90
- 5.2 O uso das moedas de privatização em casos específicos, 94
 - 5.2.1 AÇOMINAS, 94
 - 5.2.2 PQU, 96
 - 5.2.3 LIGHT, 97
- 6. PRIVATIZAÇÃO E DÍVIDA PÚBLICA, 99
- 6.1 Impactos da utilização das moedas de privatização sobre a dívida pública, 99
- 7. CONCLUSÃO, 103
- 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, 105
- 9. SIGLAS UTILIZADAS NO TRABALHO, 106
- 10. ANEXOS, 108

DÍVIDA PÚBLICA, DÉFICITS QUASI-FISCAIS E COORDENAÇÃO ENTRE POLÍTICAS ECONÔMICAS NO BRASIL

RESUMO, 121

- 1. INTRODUÇÃO, 123
- 2. UM MODELO MACROECONÔMICO DE CONSISTÊNCIA ENTRE POLÍTICAS, 125
- 3. ESPECIFICIDADES NA CONCEITUAÇÃO E CONTROLE DO RESULTADO FISCAL NO BRASIL, 135
 - 3.1 Deficiências intertemporais do processo orçamentário, 136
 - 3.2 O relacionamento entre Tesouro Nacional e Banco Central, 143
- 4. A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL INTERNA NOS ANOS 90, 151
- 5. O RETORNO AO MERCADO INTERNACIONAL DE CAPITALIS: SUBSTITUIÇÃO DE DÍVIDA INTERNA POR DÍVIDA EXTERNA?, 162
- 6. CONCLUSÃO, 167
- 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, 168

PRIVATIZAÇÃO E AJUSTE FISCAL NO BRASIL

RESUMO, 171

- 1. INTRODUÇÃO, 173
- 2. RACIONALE DA DESESTATIZAÇÃO: POR QUE PRIVATIZAR?, 174
 - 2.1 O crescimento do déficit público, 174
 - 2.2 A (in) eficiência das empresas estatais, 177
 - 2.3 A mudança tecnológica, 180
 - 2.4 O novo papel atribuído ao Estado, 180
- 3. TÉCNICAS DE PRIVATIZAÇÃO: COMO PRIVATIZAR?, 184
 - 3.1. Modalidades e modelagem da privatização, 185
 - 3.2 Seqüência e preparação para a privatização, 188
 - 3.3 Método de avaliação do preço: CAPM, 191
 - 3.4 Meios de pagamento e destinação de recursos, 194
- 4. EFEITOS MACROECONÔMICOS DA PRIVATIZAÇÃO, 203
 - 4.1 Retomada de investimentos, 203

- 4.2 Aumento da eficiência da estrutura industrial, 204
- 4.3 Ajuste fiscal das contas públicas, 206
- 5. CONCLUSÃO, 216
- 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, 219

EMPRESAS ESTATAIS, RETORNO DE INVESTIMENTO E AJUSTE FISCAL: A PRIVATIZAÇÃO É UM BOM NEGÓCIO PARA O GOVERNO?

RESUMO, 227

- 1. INTRODUÇÃO, 229
- 2. IMPACTO DA PRIVATIZAÇÃO SOBRE AS CONTAS PÚBLICAS, 230
- 3. PREÇO DE VENDA, 232
- 4. COMO SÃO AVALIADAS EMPRESAS QUE TÊM APRESENTADO PREJUÍZOS?, 238
- 5. AS EMPRESAS ESTATAIS TÊM SIDO UM BOM NEGÓCIO PARA O GOVERNO?, 239
- 6. DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS, 242
- 7. PRIVATIZAÇÃO E CRISE FISCAL, 243
- 8. A VELOCIDADE DA PRIVATIZAÇÃO FAZ ALGUMA DIFERENÇA?, 249
- 9. POR QUE SE ESPERARIA QUE AS EMPRESAS TIVESSEM MELHOR PERFORMANCE ENQUANTO PRIVADAS QUE ENQUANTO ESTATAIS: ALGUMAS EVIDÊNCIAS, 251
- 10. CONCLUSÃO, 268
- 11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, 270

AJUSTE FISCAL DOS ESTADOS

RESUMO, 279

- 1. OBJETIVO E ESTRUTURA DO TRABALHO, 281
- 2. ANTECEDENTES DO ENDIVIDAMENTO DOS ESTADOS E DE SUAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, 281
 - 2.1 Período autoritário, 281
 - 2.2 Período democrático, 283
- 3. O CONTEXTO ATUAL E A NECESSIDADE DE UM NOVO PROGRAMA DE AJUSTE, 288
 - 3.1 Objetivo da política fiscal / interesse da união, 288
 - 3.2 A disputa em torno da questão fiscal dos Estados, 290
 - 3.2.1 Governos estaduais, 290
 - 3.2.2 Congressistas e outros órgãos da esfera nacional de poder, 291
 - 3.2.3 Outros grupos de interesse, 292
 - 3.3 Composição da dívida dos Estados, 292
 - 3.4 A descrição da política e o papel das Medidas Provisórias, 294
 - 3.4.1 Renegociação da dívida mobiliária e de outras dívidas, 296
 - 3.4.2 Ajuste dos Bancos Estaduais, 297
- 4. ANÁLISE CRÍTICA, 301
- 5. CONCLUSÃO, 305
- 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, 308

IMPACTOS MACROECONÔMICOS SOBRE O BEM-ESTAR DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA NO BRASIL: UM ENFOQUE EM EQUILÍBRIO GERAL COMPUTÁVEL

RESUMO, 309

- 1. INTRODUÇÃO, 311**
- 2. PROBLEMAS COM UM ÚNICO PILAR DOMINANTE E A OPÇÃO POR SISTEMAS MULTIPILARES, 312**
- 3. O DÉFICIT DA TRANSIÇÃO, 313**
 - 3.1 Uma breve discussão se a adoção de sistemas fundados é pareto-superior, 314
- 4. O MODELO, 315**
 - 4.1 O comportamento do indivíduo, 316
 - 4.2 O comportamento das firmas, 317
 - 4.3 Governo, 318
 - 4.3.1 *Introduzindo a seguridade social na restrição do governo, 320*
 - 4.4 Equilíbrio de mercado: equilíbrio no mercado de trabalho e de capital, 321
 - 4.5 Método usado para a comparação de bem-estar, 322
 - 4.6 As equações utilizadas nas simulações, 322
 - 4.7 Parametrização, 323
- 5. FORMAS DE FINANCIAMENTO DA TRANSIÇÃO, 325**
 - 5.1 Resultados das simulações, 326
- 6. CONCLUSÃO, 329**
- 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, 330**
- 8. ANEXOS, 333**

CONTROLE GERENCIAL PARA ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

RESUMO, 339

- 1. INTRODUÇÃO, 341**
 - 1.1 Definição do problema, 342
 - 1.2 Metodologia, 346
 - 1.3 Justificativa, 346
- 2. REVISÃO DA LITERATURA, 347**
 - 2.1 Entidades da administração pública, 347
 - 2.2 Contabilidade gerencial, 351
 - 2.3 Sistemas de informações gerenciais, 357
 - 2.4 Apuração e interpretação do resultado operacional, 361
 - 2.5 A abordagem da gestão estratégica de custos, 368
 - 2.6 A abordagem do Sistema de Informação de Gestão Econômica, 371
- 3. PROPOSIÇÃO PARA UM AMBIENTE DE CONTROLE GERENCIAL, 377**
 - 3.1 O sistema SIAFI, 378
 - 3.2 Indicadores de produtividade de projetos/atividades, 383
 - 3.3 Definição do sistema não-formal de informações, 388
 - 3.4 Sistema de Informações de Gestão Econômica–GECON, 389
- 4. CONCLUSÕES, 392**
- 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, 394**

CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE CUSTOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

RESUMO, 397

- 1. ATITUDE DOS GOVERNANTES FRENTE AO RESULTADO DO ORÇAMENTO CORRENTE, 399**
 - 1.1 A Contabilidade pública e suas limitações, 402
 - 1.1.1 *Apuração dos resultados, 402*
 - 1.1.2 *Deficiência na avaliação dos elementos patrimoniais, 404*
 - 1.1.3 *Deficiências na classificação das despesas, 406*
- 2. CONTABILIDADE GERENCIAL COMO FONTE DE INFORMAÇÕES, 413**
 - 2.1 Generalidades, 413
 - 2.2 Diferenças entre a Contabilidade Gerencial e a Contabilidade Geral ou Financeira, 414
 - 2.3 Controle financeiro e orçamentário, 417
 - 2.4 Planejamento e execução física, 418
- 3. NOVA FUNÇÃO DA CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL, 423**
 - 3.1 Aspectos relevantes, 423
 - 3.2 Mutações patrimoniais das despesas, 425
 - 3.3 A Contabilidade Governamental como sistema de informações, 426
 - 3.4 A contabilidade como instrumento de planejamento e controle, 428
- 4. CARACTERÍSTICAS DA CONTABILIDADE DE CUSTOS NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS, 429**
 - 4.1 Principais aspectos, 429
 - 4.2 Verificação dos custos para controle na Contabilidade Governamental, 433
 - 4.3 Custos e controle orçamentário, 435
 - 4.4 Articulação do orçamento com a contabilidade, 438
 - 4.5 Necessidades do administrador público, 439
- 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, 447**
- 6. LISTA DE FIGURAS, 449**
- 7. LISTA DE QUADROS, 449**
- 8. LISTA DE TABELAS, 450**

SISTEMA INTEGRADO DE ANÁLISE DE RISCO – SIAR: UMA FERRAMENTA GERENCIAL PARA PRIORIZAÇÃO DE ATIVIDADES E OTIMIZAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE

RESUMO, 451

- 1. APRESENTAÇÃO, 453**
- 2. OBJETIVOS, 456**
- 3. CONCEITUAÇÃO, 458**
- 4. ANÁLISE DO CENÁRIO AMBIENTAL ATUAL PREVALECENTE NA ÁREA DE AUDITORIA, 460**
- 5. A ANÁLISE DE RISCO COMO INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA SFC, 461**
- 6. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE CICLOS DE AUDITORIA, 462**
- 7. PLANO GLOBAL DE CICLOS DE AUDITORIA, 463**

- 8. PLANO SETORIAL DE CICLOS DE AUDITORIA, **468**
- 9. METODOLOGIA DE TOMADA DE DECISÃO, **469**
 - 9.1 Modelo de decisão da matriz de risco, 471
 - 9.2 Modelo de decisão em nível de microescala, 471
- 10. METODOLOGIA DE ABORDAGEM DA MATRIZ DE RISCO DA SFC, **477**
 - 10.1 Formulário de Avaliação da Unidade Gestora – FAUG, 479
 - 10.2 Perfil de Atuação das Áreas de Controle – PAAC, 484
- 11. RELATÓRIOS DA MATRIZ DE RISCO, **485**
- 12. ANÁLISE CUSTO-BENEFÍCIO, **486**
- 13. RECURSOS UTILIZADOS E PARCERIAS DESENVOLVIDAS, **489**
- 14. CONCLUSÃO, **491**
- 15. ANEXOS, **493**

O EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO NAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

RESUMO, 505

- 1. INTRODUÇÃO, **507**
- 2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA, **508**
 - 2.1 Tendências: respaldo para as parcerias, 508
 - 2.2 Parcerias na área pública, 511
 - 2.3 O equilíbrio econômico-financeiro, 513
- 3. ANÁLISE CRÍTICA DA EQUAÇÃO DE EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO, **517**
 - 3.1. Possíveis dificuldades na aplicação da equação, 517
 - 3.1.1 *As pseudoparcerias*, 517
 - 3.1.2 *A idéia de repartição de lucros*, 519
 - 3.1.3 *Compreensão do que seja benefício*, 520
 - 3.1.4 *Fluxos contábeis versus fluxos de caixa*, 521
 - 3.1.5 *Fluxos típicos e transações interpartes*, 523
 - 3.1.6 *A questão do overhead*, 528
 - 3.1.7 *O valor do dinheiro no tempo*, 529
 - 3.1.8 *A questão da taxa de desconto*, 530
 - 3.1.9 *O período a ser analisado*, 532
 - 3.1.10 *Benefício versus redução de custo*, 533
 - 3.2 Verificação do equilíbrio em épocas diferentes, 534
 - 3.3 Significado da razão benefícios/custos, 536
 - 3.4 Escolha entre dois ou mais projetos de parceria, 537
- 4. CONCLUSÕES, **542**
- 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, **545**

A CONTABILIDADE GERENCIAL APLICADA AO ORÇAMENTO-PROGRAMA COMO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

- 1. INTRODUÇÃO, **551**
- 2. A CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL, **552**
 - 2.1 O Regime contábil das receitas e despesas, 553
- 3. O ORÇAMENTO PÚBLICO, **554**

3.1	Conceito e definição de orçamento público,	554
3.2	Classificação orçamentária,	555
3.2.1	<i>A Conta como instrumento de representação,</i>	<i>555</i>
3.2.2	<i>Teoria da classificação orçamentária,</i>	<i>555</i>
3.2.3	<i>Sistemas de classificação adotados no Brasil,</i>	<i>557</i>
4.	ORÇAMENTO-PROGRAMA,	558
4.1	A adoção do Orçamento-Programa,	558
4.2	Conceito de Orçamento-Programa,	559
4.3	Orçamento Tradicional x Orçamento-Programa,	562
4.4	Orçamento-Programa e seu papel no planejamento,	563
4.4.1	<i>Planejamento,</i>	<i>563</i>
4.4.2	<i>O Plano e o orçamento,</i>	<i>565</i>
4.5	A Técnica do Orçamento-Programa,	567
4.5.1	<i>A Estrutura programática,</i>	<i>568</i>
4.5.2	<i>A classificação funcional-programática no Brasil,</i>	<i>570</i>
5.	AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO GOVERNAMENTAL,	576
5.1	Avaliação de desempenho,	576
5.2	Avaliação orçamentária,	577
5.3	Avaliação no Orçamento-Programa,	578
5.4	Mensuração das operações governamentais,	579
5.5	A mensuração e a contabilidade,	586
5.5.1	<i>Os sistemas de contabilidade da entidade governamental,</i>	<i>586</i>
5.5.2	<i>A importância da base contábil a utilizar,</i>	<i>587</i>
6.	A CONTABILIDADE GERENCIAL,	592
6.1	Contabilidade de custos,	592
6.2	Modelos para o controle substantivo da execução orçamentária,	593
6.3	Um enfoque baseado em atividades ,	594
6.3.1	<i>Componentes de um sistema de custeio ABC,</i>	<i>595</i>
6.3.2	<i>Apresentação do modelo,</i>	<i>597</i>
6.4	Método de custeio por departamentalização,	601
6.4.1	<i>Aplicação do modelo,</i>	<i>603</i>
7.	CONCLUSÃO,	606
8.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS,	608

REGULAMENTO DO 2º PRÊMIO STN DE MONOGRAFIA

REGULAMENTO, 611